

“A Violência dos Pacíficos”. A Juventude Operária Católica Internacional contra a opressão no Brasil (1969)

Sérgio Ricardo Coutinho¹

Resumo: A perseguição a padres e a jovens trabalhadoras e trabalhadores católicos no Brasil foi o início das graves tensões abertas entre a cúpula militar e a cúpula eclesiástica organizada na Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), logo após a implementação do Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968. Idealizada pelo jovem padre Joseph Cardijn, na Bélgica, a Juventude Operária Católica (JOC) foi reconhecida oficialmente em 1925 pela Santa Sé. No espaço de uma década, a JOC se espalhou pelo mundo e, em 1932, ela finalmente chegou ao Brasil. O golpe militar (1964) colocou em pauta novos desafios ao movimento operário e, consequentemente, à JOC, que passou a realizar uma reflexão mais profunda sobre as condições sócio-político-econômicas da classe trabalhadora naquele contexto latino-americano e brasileiro. Isto não passou despercebido pelos agentes do Estado autoritário, que começaram a acompanhar os militantes, sobre os quais caiu uma dura perseguição, culminando na prisão de muitas de suas lideranças. Foi nessa conjuntura que uma rede transnacional de solidariedade conduzida pela JOC Internacional expôs ao mundo, pelo menos ao Ocidente, o modus operandi do regime militar brasileiro que agredia frontalmente os Direitos Humanos. O artigo descreve as estratégias e experiências comuns vividas por uma organização sócio-política-religiosa numa cultura política marcada por um regime de força em que o elemento principal e aglutinador foi a solidariedade de caráter político e as formas de luta e agir político para além da ação coletiva.

Palavras-Chave: Solidariedade Internacional; Direitos Humanos; Trabalhadores; Igreja Católica.

¹ Possui graduação (1987-1992) e mestrado (1992-1995) em História pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor (2015) em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é docente do Departamento de História da UPIS - Faculdades Integradas (DF) ministrando as disciplinas "Introdução aos Estudos Históricos" e "História do Brasil Contemporâneo".

“The Violence of the Peaceful”.

The International Catholic Working Youth against oppression in Brazil (1969)

Abstract: The persecution of priests and young Catholic workers in Brazil was the beginning of serious open tensions between the military leadership and the ecclesiastical leadership organized at the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB), shortly after the implementation of Institutional Act no. 5 in december 1968. Conceived by the young priest Joseph Cardijn, in Belgium, the Catholic Workers Youth (JOC) was officially recognized in 1925 by the Holy See. Within a decade, the JOC spread throughout the world and in 1932 it finally arrived in Brazil. The military coup (1964) placed new challenges on the agenda for the labor movement and, consequently, for the JOC, which began to carry out a deeper reflection on the socio-political-economic conditions of the working class in that Latin American and Brazilian context. This did not go unnoticed by the agents of the authoritarian State who began to accompany the militants and severely persecuted them, culminating in the arrest of many of their leaders. It was in this situation that a transnational solidarity network led by JOC Internacional exposed to the world, at least to the West, the *modus operandi* of the Brazilian military regime that frontally attacked Human Rights. The article describes the common strategies and experiences lived by a socio-political-religious organization in a political culture marked by a strength regime in which the main and unifying element was solidarity of a political nature, and struggle forms and political action beyond collective action.

Keyword: International Solidarity; Human rights; Workers; Catholic church.

“La Violencia de los Pacíficos”.

La Juventud Obrera Católica Internacional contra la opresión en Brasil (1969)

Resumen: La persecución de sacerdotes y jóvenes trabajadores católicos en Brasil fue el inicio de graves tensiones abiertas entre la dirección militar y la dirección eclesial organizada en la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB), poco después de la implementación del Acto Institucional nº diciembre 5 de 1968. Concebida por el joven sacerdote Joseph Cardijn, en Bélgica, la Juventud Obrera Católica (JOC) fue reconocida oficialmente en 1925 por la Santa Sede. En una década, la JOC se extendió por todo el mundo y en 1932 llegó finalmente a Brasil. El golpe militar (1964) colocó nuevos desafíos en la agenda del movimiento obrero y, en consecuencia, de la JOC, que comenzó a realizar una reflexión más profunda sobre las condiciones sociopolíticas-económicas de la clase trabajadora en aquella América Latina y Brasil. contexto. Esto no pasó desapercibido para los agentes del Estado autoritario que comenzaron a acompañar a los militantes y los persiguieron duramente, culminando con la detención de muchos de sus líderes. Fue en esta coyuntura que una red de solidaridad transnacional liderada por JOC

Internacional expuso al mundo, al menos a Occidente, el *modus operandi* del régimen militar brasileño que atacaba frontalmente los Derechos Humanos. El artículo describe las estrategias y experiencias comunes vividas por una organización sociopolítica-religiosa en una cultura política marcada por un régimen de fuerza en el que el elemento principal y unificador era la solidaridad de carácter político y formas de lucha y acción política más allá de la acción colectiva.

Palabras Clave: Solidaridad Internacional; Derechos humanos; Trabajadores; Iglesia Católica.

Recebido em 17/03/2024 - Aprovado em 18/03/2024

Introdução

*A Juventude Católica
contra a opressão no Brasil.
Duesseldorf. A União da Juventude
Católica Alemã (UJCA)
e a JOC estão protestando contra
a opressão e perseguição de todos
os grupos social-reformistas do Brasil.
11 de julho de 1969.*

A epígrafe acima é um trecho de notícia publicada no jornal alemão *Solinger Sageblatt*, transcrita para o português por um funcionário da Embaixada brasileira em Bonn (Alemanha), que denunciava a perseguição a membros da seção brasileira de uma das mais importantes organizações de leigos e leigas católicos no mundo no pós-II Guerra Mundial: a *Juventude Operária Católica (JOC)*.

A perseguição a padres e a jovens trabalhadoras e trabalhadores católicos no Brasil foi o início das graves tensões abertas entre a cúpula militar, que chegara ao poder por meio de um golpe de Estado em 1964, e a cúpula eclesiástica organizada na Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), logo após a implementação do Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968.

A Igreja idealizou muitos planos para atuar junto à classe trabalhadora, que datavam dos princípios do século XIX, quando esta começava a ganhar maior projeção como ator político. Somente em fins do XIX, com a publicação da Encíclica *Rerum Novarum* (1891), que ações junto ao laicato foram recebendo maior atenção da instituição. A fundação da *Ação Católica* – órgão que visava organizar e orientar os leigos a partir de

um projeto eclesialístico de “reconquista” de espaço de influência perdido – abriu um importante espaço de atuação na sociedade para os católicos. Sob a coordenação direta da Ação Católica é que surge então a Juventude Operária Católica (JOC).

Idealizada pelo jovem padre Joseph Cardijn, na Bélgica, um dos maiores centros industriais da Europa naquele momento, a JOC foi reconhecida oficialmente em 1925 pela Santa Sé, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Muito antes disso, começou a ser colocada em prática a ideia formulada por Cardijn de reunir jovens trabalhadores para conversarem sobre seus problemas cotidianos, questões relativas à família, à vida afetiva e às condições de trabalho. Convidados a exporem seus problemas numa linguagem bastante simples, geralmente para um grupo pequeno de amigos, os jovens trabalhadores tomavam consciência da dimensão dos fatos cotidianos e percebiam que muitas das experiências vividas não ocorriam unicamente com eles, mas faziam parte de um sistema que envolvia a todos. Sendo assim, na concepção *jocista*, acreditava-se numa ação evangelizadora baseada no princípio da justiça social e que, assim, patrões e empregados poderiam alcançar a paz social.

Completamente inserida nos ideais teológico-morais da Igreja Católica e parte constituinte do projeto das “juventudes especializadas” formulado pela Ação Católica (de modelo franco-belga), a JOC disseminou o discurso católico de harmonia entre as classes, ao menos em suas primeiras décadas de existência.

No espaço de uma década, a JOC se espalhou pelo mundo e, em 1932, ela finalmente chegou ao Brasil. Organizou-se primeiramente a partir de experiências isoladas nos principais centros industrializados do país, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Mas somente em outubro de 1948, na *I Semana de Estudos Nacional da JOC*, realizada em São Paulo, foi que a hierarquia da Igreja no Brasil a reconheceu.

Mesmo sendo parte integrante do projeto político-teológico traçado pela Ação Católica, ao longo dos anos 1950, a JOC acabou por assumir um posicionamento de ordem política um pouco diferente daquele proposto pela direção da organização. Até meados daquela década, a JOC apresentava uma posição mais voltada para os campos religioso, moral e pedagógico, nas relações entre patrões e empregados. As esferas político e social, desta forma, não eram consideradas como um campo privilegiado de atuação para seus militantes até aquele momento.

Em fins da década de 1950 – com a Revolução Cubana de 1959 e, principalmente, depois do golpe civil-militar de 1964 –, foi que o movimento assumiu uma orientação marcadamente política, de caráter mais radical. O golpe militar colocou em pauta novos desafios ao movimento operário e, consequentemente, à JOC, que

passou a realizar uma reflexão mais profunda sobre as condições sócio-político-econômicas da classe trabalhadora naquele contexto latino-americano, de modo geral, e brasileiro, de modo específico.

Esta opção, consequentemente, implicou em assumir maiores consequências: o aumento da repressão pelo governo ditatorial. Além disso, somou-se ao fato de que a própria Igreja estava sofrendo uma profunda transformação interna, de ordem democrática e preocupada com os problemas populares. O Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Conferência de Medellín (1968) são dois eventos que ajudam a explicar melhor aquela “revolução copernicana” na Igreja.

A JOC não ficou indiferente a todas estas mutações, que acabaram por impulsioná-la a tomar posições cada vez mais radicais, atingindo seu ponto máximo justamente no ano de 1968, quando do importante Congresso de Recife. As decisões tomadas neste Congresso não passaram despercebidas pelos agentes do Estado autoritário que iniciaram um acompanhamento mais próximo a acompanhar os militantes, sobre os quais caiu uma dura perseguição, culminando na prisão de muitos de suas lideranças. (MAINWARING, 1989, p. 171; MURARO, 1985, p. 70)

Foi nessa conjuntura que uma rede transnacional de solidariedade conduzida pela JOC Internacional expôs ao mundo, pelo menos ao Ocidente, o *modus operandi* do regime militar brasileiro, que agredia frontalmente os Direitos Humanos.

Tomando como inspiração as importantes reflexões da historiadora Maria Cláudia Badan Ribeiro, vamos refletir sobre o conjunto destas ações de interesse comum ou interdependentes de *redes de solidariedade*.

Badan emprega o termo *solidariedade* enquanto uma categoria heurística para se pensar um conjunto de diferentes experiências e comportamentos sociais, também enquanto expressão de uma sociabilidade marcada pela sensibilidade “àquele que sofre” e de oposição às injustiças de todas as espécies, emanada ou não de alinhamentos políticos, mas que dependem essencialmente de uma escolha e de um compromisso.

O conceito de *solidariedade* será empregado aqui como parte de uma cultura política de um momento político muito específico e dentro de relações de poder vigentes naquele período. Isto porque a noção de solidariedade possui sua historicidade permeada por ambiguidades em suas manifestações e com mudanças de sentido ao longo do tempo.²

² Distante das práticas sociais caritativas ou benevolentes, o termo *solidariedade* adquiriu diferentes sentidos ao longo da história e em consonância com a compreensão do que era sociabilidade. A *solidariedade* aparece no passado como uma solidariedade cívica, no seu aspecto contratual enquanto acordo entre cidadãos e Estado na garantia de direitos civis, direito à vida, à propriedade, à justiça e à liberdade de pensamento e movimento. Enquanto um termo de base iluminista foi também

Diferentemente dos objetivos de Ribeiro, que queria mostrar como os movimentos de resistência à ditadura civil-militar brasileira estabeleceram laços de cooperação com outros grupos estrangeiros, nosso intuito aqui é o de descrever as estratégias e experiências comuns vividas por uma organização sócio-política-religiosa numa cultura política específica, marcada por regimes de força, ditaduras militares, dominações e ou colonizações, em que o elemento principal e aglutinador foram a solidariedade de caráter político e formas de luta e agir político para além da ação coletiva (TARROW, 2004 apud RIBEIRO, 2015, p.2).

Estas lutas e seus apoios fizeram parte do que Gerard Chaliand, chamou de “euforia terceiro mundista” (apud RIBEIRO, 2015, p. 2), surgida no contexto do pós-guerra e reforçada pela Guerra da Argélia e pelo exemplo catalizador da Revolução Cubana, que teve influência decisiva nas lutas da América Latina. Seu entorno transnacional baseou-se numa solidariedade terceiro-mundista que se desenvolveu nos anos de 1960 e 1970, no contexto das descolonizações e na emergência de numerosos movimentos armados na Ásia, África e América Latina.

Motivados a resistir contra a opressão e a violência de Estado, pregando a revolução ou defendendo a afirmação da justiça e o direito à vida, esses movimentos deram ensejo à formação de uma “cultura militante sem fronteiras” que foi se constituindo naqueles anos, atravessando países e continentes, se formando ou se desfazendo em alguns momentos, e se solidificando em outros.

A *solidariedade* esteve presente, sobretudo, na luta contra as ditaduras que tomavam conta de um mundo dividido pelo contexto da Guerra Fria e que exigia uma tomada de posição reativa ou ofensiva. Para além das discordâncias políticas, seja no seio da esquerda brasileira e internacional, seja no interior da própria Igreja Católica, e da contradição que a vontade de ajudar as vítimas da repressão pôde representar, as redes de militância política de esquerda, religiosa e de simpatizantes permaneceram e se difundiram naqueles anos.

evocado na Revolução Francesa como parte de um ideal universalista. Somente um século mais tarde é que o termo se inscreveu num campo de disputa, quando a palavra *solidariedade* adquiriu nos séculos XIX e XX sentido de solidariedade política, sendo uma reivindicação da classe operária, de grupos sociais que encarnam juntos a luta contra um Estado opressor, denunciando sua natureza burguesa e seu caráter de árbitro das desigualdades. O conceito *solidariedade* passou então a ter novos contornos, identificando-se com a luta de classes, com a progressiva divisão social do trabalho e inscrevendo-se na ideia de emancipação política e social (e não apenas civil) a partir de experiências comuns partilhadas entre grupos, associações e partidos políticos. O conceito *solidariedade* significava uma identificação coletiva de doutrinas e interesses, apoiado na ideia de uma comum situação de exploração e de injustiça (RIBEIRO, 2015).

Desta forma, este artigo faz parte de uma primeiríssima aproximação em vista de uma pesquisa de pós-doutorado em história, sobre a atuação da JOC no Brasil, especialmente durante o regime militar (1964-1985). Para isso, vamos aqui trazer as estratégias de ação solidária da rede transnacional da *Juventude Operária Católica Internacional* (JOC Internacional), especificamente no ano de 1969, quando as perseguições ficaram cada vez mais escancaradas, que seguiam o método de resistência não-violenta defendido pelo arcebispo de Recife-Olinda Dom Hélder Câmara: a “Ação Justiça e Paz”.

Tomamos como referência de análise as informações coletadas por diferentes Embaixadas e Consulados brasileiros na Europa e nas Américas e organizadas em um Dossiê da *Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Relações Exteriores* (DSI-MRE), intitulado “J.O.C. / Juventude Operária Católica D.S.I. – vol. I” (1969).³

Este artigo está organizado em duas partes. Na primeira, vamos apresentar, brevemente, os eventos que marcaram o acirramento das perseguições do Estado autoritário brasileiro contra a JOC no curto período que vai de novembro de 1968 a maio de 1969. A partir de junho de 1969, vamos acompanhar, na segunda parte, as ações da Ação Justiça e Paz da JOC e sua rede de solidariedade em diferentes países e como o governo brasileiro, por meio de suas estruturas diplomáticas, reagiram àquelas manifestações.

A perseguição à JOC no Brasil (1968 e 1969): os eventos⁴

Em 28 de novembro de 1968, em Belo Horizonte, na Igreja do Horto, os padres franceses Michel Le Ven (assistente da JOC na região), François Berthou, Hervé Crocguin e o diácono brasileiro José Geraldo da Cruz foram presos, interrogados e torturados. Eles permaneceram 75 dias em prisão. Como desdobramento, muitos jovens trabalhadores, militantes jocistas de Belo Horizonte, foram procurados e presos em casa e nos seus locais de trabalho. (LE VEN, 2017)

No início de março de 1969, o Convento dos Dominicanos, também em Belo Horizonte, foi cercado e invadido pelas forças militares. O convento foi tomado, os quartos revirados, e os frades Eliseu e André foram chamados a depor.

³ Documento digitalizado e disponibilizado pelo Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), Fundo “Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores”, Seção “Dados Pessoais e Entidades”, Série “Entidades”, Dossiê “Juventude Operária Católica (JOC) – DSI Vol. I”, nº BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.134, 349 págs.

⁴ Toda esta parte do artigo tomou por referência a transcrição e tradução de parte de um relatório produzido por membros da JOC Internacional, sediados na Bélgica, intitulado *L’Arrestation de L’équipe Nationale de la JOC Bresiliene, Bruxelles le 13 novembre 1970* feita por Vandelir Camilo. (CAMILO, 2018)

Em 23 de janeiro de 1969, a sede da JOC feminina de São Paulo foi invadida por militares, acompanhados do representante da Cúria de São Paulo.

Muitos leigos foram chamados a depor no caso do padre Michel Le Ven. O padre Antônio Lopes e dois de seus paroquianos foram feitos prisioneiros. Em Osasco, os padres Antônio Soligo e Jean Talpe, que residiam em um bairro de trabalhadores, foram feitos prisioneiros. Vários militantes de ACO (Ação Operária Católica) de Osasco também foram presos. Em Santos, três padres também foram feitos prisioneiros. A polícia invadiu a sede regional da CNBB de São Paulo à procura do padre Antônio Soares. Eles também procuraram o padre Tomas Raffainer, no bairro do Taboão, e o padre Carlos, no Butantã. Eles interrogaram sobre os movimentos da paróquia e sobre a missão da Igreja.

No dia 12 de março de manhã, o presidente da Federação das Associações das Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), da então capital do Estado do Rio de Janeiro, senhor Vicente Ferreira Mariano, foi preso em seu local de trabalho. No mesmo dia, às 11h, o senhor Abdias José dos Santos, presidente do conselho deliberativo da FAFEG e militante da ACO, também foi preso em seu local de trabalho. No mesmo dia, às 15h, o senhor José Maria Galdeano (Juca), antigo secretário da FAFEG e dirigente da ACO, foi preso quando chegava à favela. Na 32ª Delegacia Distrital, para onde os presos foram levados, as condições em que estavam detidos eram precárias e o tratamento dado a eles era sub-humano. Para denunciar as condições de aprisionamento, os presos iniciaram uma greve de fome, que foi seguida por outros dois prisioneiros políticos – detidos na mesma condição. A greve durou vários dias até serem transferidos para outra prisão. Ficaram detidos por onze dias.

Em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, vários trabalhadores com estreita relação com Dom Valdir Calheiros foram presos. Em 25 de março de 1969, Tibor Sulik, presidente internacional do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos (MMTC), foi procurado pela polícia. Dado que ele estava ausente de seu domicílio, a polícia foi ao seu local de trabalho e o prendeu. Tibor foi submetido a um interrogatório de mais de uma semana no Rio e em Belo Horizonte. Seu processo estava relacionado ao caso do “padre Michel”, mas, no SNI, ele foi acusado de “agitador internacional”. Foi mantido em liberdade, mas o processo contra ele ficou em curso.

À época da prisão de Tibor, o padre Manuel de Jesus foi procurado na sede da CNBB, no Rio de Janeiro, pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Padre Manuel de Jesus era assistente nacional da JOC. Não encontrado na CNBB, o DOPS o procurou no CIAL (Centro de Informação para América Latina). Como ele também não estava lá, o DOPS exigiu que ele fosse preso em seu endereço residencial ou no do Secretário Nacional da JOC.

Em 25 de abril de 1969, o comandante retornou à CNBB e advertiu a Dom Aloísio Lorscheider, Secretário Geral da entidade, que divulgasse um mandado de prisão em todos os jornais caso o padre Manuel não se apresentasse à polícia o mais rápido possível.

No dia 7 de maio, às 19h, dois agentes da Polícia Federal renderam vários civis no Morro de São Carlos (onde residia a Equipe Nacional da JOC), a fim de obter informações sobre os membros da JOC. No dia seguinte, pela manhã cedo, três agentes da Polícia Federal entraram na residência da JOC. Um dos jovens que se encontrava na residência foi constrangido pela polícia a abrir o quarto do padre Manuel de onde eles levaram cartas e papéis. Eles pediram ao jovem que desenhasse um retrato detalhado do padre Manuel. Em seguida, eles o levaram para uma distante delegacia da Polícia Federal para ser fichado e prenderam-no.

Em 22 de maio, a fotografia do padre Manuel de Jesus foi exibida na TV Globo. Todas as indicações foram dadas para que pudesse comunicar por telefone à polícia o lugar em que se encontrava o padre.

No Rio Grande do Sul, em 28 de maio de 1969, em Porto Alegre, jovens trabalhadores estavam reunidos num pequeno teatro de um bairro. Ao fim da apresentação, os agentes do DOPS apresentaram ordem de prisão para o padre Alfonso Ritter, assistente da JOC da região, Terezinha de Jesus e vários outros. Eles foram presos às 19:30h e liberados às 2h da manhã. Foram interrogados e submetidos às medidas da Lei de Segurança Nacional. Eles foram libertados e ficaram aguardando os resultados do Inquérito Policial Militar.

Em Novo Hamburgo, houve uma Assembleia sindical onde se discutia o aumento de salários, Cerca de quarenta trabalhadores foram presos. Eles foram denunciados pela direção do Sindicato, que forneceu os nomes e endereços pessoais ao DOPS. Quatorze deles eram jocistas e ex-jocistas.

Em Crateús, Ceará, seis militantes da JOC perderam seus empregos porque estavam sendo procurados pelo DOPS. Dom Frágoso, o bispo que lançou uma pastoral para os camponeses, tinha suas reuniões monitoradas e os programas de rádio eram todos censurados.

A gota d'água foi, sem dúvida nenhuma, o que ocorreu em 26 de maio de 1969. O padre Antônio Henrique Neto, assistente da JOC e do clero da Arquidiocese de Olinda/Recife, amigo do Arcebispo Dom Helder Camara, foi sequestrado, torturado, arrastado e assassinado com três tiros na cabeça.

A rede de solidariedade da JOC Internacional e a “Ação, Justiça e Paz”

Em meados de 1968, Dom Hélder Câmara, influenciado, por um lado, por contatos mantidos durante o Concílio Vaticano II (1962-1965) com líderes pacifistas e, por outro, impressionado com a escalada da violência e a atração da juventude pelos movimentos de libertação através da luta armada, resolveu lançar um movimento que inicialmente chamou de *Pressão Moral Libertadora* e, em seguida, de *Ação, Justiça e Paz* (ROCHA, 2019, p. 42-43).

Dom Helder procurou conscientizar a população sobre a situação em que o Brasil se encontrava: a total violação aos direitos humanos. Para fazer as denúncias, ele utilizou dos meios de comunicação e dos discursos nas celebrações das missas e em suas viagens internacionais.

Dom Helder foi comparado a um profeta do Terceiro Mundo. Nelmo Roque Tem Kathen lembra que ele era “um profeta do Terceiro Mundo. Encabeça vários movimentos do tipo profético, ‘Pressão moral libertadora’ ou *Ação Justiça e Paz*, a ‘Violência dos pacíficos’” (KATHEN, 1991, p. 62).

Os debates em torno do nome para o movimento não-violento eram bastante calorosos, porém, na Conferência Episcopal de Medellín, em 1968, firmou-se o nome oficial. Dom Helder afirmava que a *Ação Justiça e Paz* – AJP tinha o dever de “vigiar a reação violenta das autoridades que usam como pretexto a salvaguarda da ordem pública” (CÂMARA, 1993, p. 59). O processo de lançamento do movimento *Ação Justiça e Paz* ocorreu no dia 2 de outubro de 1968.

Naquele ano, Dom Helder viajou por vários países europeus denunciando o colonialismo externo e interno e pregando a não-violência ativa, conforme salientou Rampon: “pregando a não violência ativa seguindo, assim, a trilha de Gandhi e Martin Luther King.” (RAMPON, 2014, p. 115). Ele, de fato, estava em constantes viagens por vários países, transmitindo a ideologia da não-violência ativa; por isso, chamavam-no de profeta ou de “Gandhi brasileiro”. Assis Claudino destaca que ele era o único bispo católico que alcançou verdadeira audiência no mundo não católico, se fez projetar como profeta do desenvolvimento e foi consagrado com sua Conferência na Mutualité, em Paris, em 1968, como “o profeta do Terceiro Mundo”. (CLAUDINO, 1985, p. 138).

O arcebispo de Olinda e Recife orientava os participantes do movimento não-violento a não ter medo da repressão e convocava a união de todos em favor dos que haviam sido presos por atuarem no movimento. Se um membro do movimento, agindo de acordo com os princípios e os métodos da violência dos pacíficos, é preso, uma das forças do movimento seria poder reunir dezenas, centenas, milhares de companheiros que aceitariam apresentar-se também, na mesma altura, às portas da prisão, afirmando-se solidários com o irmão ultrajado (CÂMARA, 1993, p. 34).

Muitos membros da JOC no exterior escutaram Dom Helder e entraram na onda da *Ação Justiça e Paz* em defesa de seus membros perseguidos no Brasil.

A partir de junho de 1969, a JOC Internacional começou a usar uma série de estratégias diferenciadas a fim de pressionar o governo brasileiro a libertar muitos membros da JOC presos no país e de denunciar as práticas dos militares brasileiros para o mundo.

No dia 19 de junho, a JOC Internacional, com sede em Bruxelas, Bélgica, lançou um Comunicado à Imprensa e às Rádios, como também enviou uma “Carta Aberta ao Presidente da República do Brasil”:

Declaración de la JOC Internacional ante la REPRESIÓN EN EL BRASIL.

La Juventud Obrera Cristiana Internacional (JOC Internacional), protesta una vez mas contra la acción de represión llevada a cabo por el gobierno Brasileño. Esta acción es dirigida contra todo lo que el gobierno caracteriza de “subversivo” y que no es mas que la expresión democrática de la lucha por la justicia social. [...] En particular, desde que se promulgo el Acta Constitucional No 5, el gobierno Brasileño no cesa de arrestar y encarcelar arbitrariamente e incluso torturar numerosos dirigentes, asesores y militantes de la Acción Católica Obrera, jóvenes y adultos (JOC, JOCF, ACO). [...] En nombre de las aspiraciones del mundo obrero y del movimiento obrero, llamamos a todos los jóvenes trabajadores del mundo, a todas las organizaciones democráticas cuyo objetivo es luchar para hacer respetar los derechos fundamentales del hombre, **a emprender con la JOC una campaña de acción y solidaridad internacional en favor de todos los oprimidos del Brasil.** [...]

CARTA ABERTA DE LA JOC INTERNACIONAL AL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA DEL BRASIL

Señor Presidente,

Es en nombre de los jocistas del mundo entero y en favor de la juventud trabajadora, de los jocistas y del pueblo brasileño que hoy nos dirigimos a Usted.

Usted tomo el poder de uno de los países mas grandes del mundo y la responsabilidad de un Pueblo de 90 millones de hombres. [...] Usted ha puesto fuera de aplicación la parte mas importante de la Constitución, lo que le permite, por medios militares, afrontar y arrestar personas que Usted quiere, condenar y torturar sin ninguna jurisdiccione civil. [...]

Debemos aceptar todo esto en silencio?

Es imposible, porque nosotros y los jovenes trabajadores del mundo entero tenemos una gran consideración hacia el pueblo brasileño porque una multitud de brasileños son nuestros amigos.[...]

Si Usted cree aún en los Derechos del Hombre, en el progreso y en la democracia, Usted debe entre otras:

- Parar la represión.
- Garantizar la seguridad de cada hombre sean cual sean sus opiniones.
- Salvaguardar la libertad humana.
- Restablecer la Constitución Civil.
- Permitir la libertad de prensa y de asociación,

En una palabra, Usted debe aplicar la Declaración Universal de los Derechos del Hombre y del Ciudadano.

JOC Internacional,

Bruselas, 19 de Junio de 1969.⁵

Na tarde do dia 21 de junho, a JOC Internacional, em Bruxelas, fez um protesto em frente à Embaixada brasileira da capital belga. Participaram aproximadamente 600

⁵ “Boletim de Informações da JOC guatemalteca. Críticas ao Governo brasileiro”. 04 de julho de 1969. SIAN, nº. BR DFANBSB Z4.DPN.ENI.134, p. 44. Grifos nossos. Material produzido e traduzido pela JOC da Guatemala.

peessoas, contrariando ordens da polícia local que lançou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar a manifestação e impediu que os manifestantes se aproximassem da Embaixada. Foram efetuadas algumas prisões e a polícia permitiu que apenas um dos representantes da JOC depositasse cartas das organizações belgas na caixa de correios da Missão diplomática⁶. Uma delas, escrita em flamengo, tinha o seguinte teor:

Excelência,

Por intermédio da Juventude Operária Católica Internacional, tomamos conhecimento da situação dramática em que nossos irmãos e irmãs, os jovens operários e operarias do Brasil, se encontram.

Como integrantes de um só e mesmo movimento mundial, a juventude católica mundial, na qual trabalhamos com firmeza pela justiça social era favor de todos os jovens operários, deploramos energicamente a atitude do Governo brasileiro para com as Juventudes Operárias no Brasil.

Como a JOC mundial, e, igualmente, a JOC brasileira, nós combatemos todos por uma vida comum, na qual justiça e o amor se encontrem como fundamento. Os princípios cristãos nos incitam, a todos nós, jovens trabalhadores, a convocar cada uma, no seu próprio meio e na sua situação, para participar do combate efetivo e integrado na realidade. Na condição de membros da JOC flamenga, nós nos declaramos solidários com nossos irmãos brasileiros e insistimos.

Senhor Embaixador, era que faça igualmente as gestões necessárias para que o Governo brasileiro se persuada de que o movimento das juventudes operárias católicas não tem outra intenção além daquela acima descrita e que, então, todos os membros detidos da JOC brasileira deverão ser postos em liberdade e trabalhar pelos ideais da entidade.

⁶ “Aditamento à DSI/646. Organização da J.O.C. Demonstração de protesto contra o Brasil em Bruxelas”, 30 de junho de 1969. Id. Ibid., p.166.

Nosso desejo mais imediato é o de que cesse a perseguição à JOC brasileira. Ficariamos gratos por uma resposta de sua parte.⁷

A partir daí as manifestações começaram a se dar quase que simultaneamente em várias partes da Europa e das Américas.

O embaixador brasileiro em Viena, Áustria, Aluysio Regis Bittencourt, transmitiu ao governo brasileiro, no dia 30 de junho de 1969, por meio de uma Carta Confidencial, que a JOC da Áustria tinha feito ampla distribuição de panfletos nas ruas do centro da cidade sobre a situação da organização irmã no Brasil. Segundo ele, “não se registrou outras consequências práticas do protesto” e “nenhum dos principais órgãos da imprensa ocupou-se do fato”. No entanto, alguns dias depois, durante uma recepção na Embaixada dos Estados Unidos, o Núncio Apostólico disse-lhe ter sido visitado pelos representantes da JOC, “os quais lhe haviam pedido transmitir ao Papa Paulo VI o seu apelo, para que o Santo Padre intercedesse junto às autoridades brasileiras, em favor dos membros da Associação que estariam sendo perseguidos por motivos políticos”. O Núncio acrescentou que tinha, de fato, “encaminhado o mencionado apelo ao Vaticano”.⁸

No dia 31 de junho, do outro lado do Atlântico, a JOC do Canadá iniciou também a campanha contra o Brasil alegando perseguição à JOC brasileira. O Secretariado Nacional preparou um dossier, que tinha sido enviado à imprensa, alegando as prisões arbitrárias, torturas e perseguições aos dirigentes e militantes da JOC, e de modo geral, aos ativistas. Entregaram ao cônsul brasileiro de Montreal, Carlos Calero Rodriguez, carta para o Presidente da República. Além disso, escreveram ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá e a todos os Bispos canadenses com as mesmas alegações.⁹

Em 4 de julho, a JOC da Guatemala distribuiu, na capital do país, dois exemplares de um boletim no qual comentava “a grave situação da JOC no Brasil”. O panfleto, de duas páginas, não poupou críticas à atuação governamental brasileira que, segundo afirmavam, era “dirigida com força e brutalidade contra elementos jocistas que são perseguidos, encarcerados, martirizados e mortos como ocorreu no caso do Padre Pereira Neto que teria sido vítima das autoridades brasileiras por ser assessor da JOC”. O

⁷ “Demonstração da JOC em Bruxelas. Cartas recebidas”. 14 de julho de 1969. Id. Ibid., p. 81.

⁸ “Situação no Brasil. Protesto da Juventude Católica Operária da Áustria”. 15 de julho de 1969. Id. Ibid., p. 337.

⁹ “Manifestações da Juventude Operária Católica do Canadá contra o Brasil”. 07 de julho de 1969. Id. Ibid., p. 38.

informe foi seguido por um manifesto por meio do qual a JOC da Guatemala se solidarizava com a associação brasileira e fazia uma série de pedidos no sentido de que o governo militar do Brasil respeitasse os direitos humanos, que estavam sendo violados.¹⁰

Neste mesmo dia, o Embaixador brasileiro em Berna, Suíça, recebeu uma carta de próprio punho do Arcebispo de Friburgo, Dom Charles Cardeal Journet, nos seguintes termos:

as informações dignas de fé que me chegam acerca da conduta do Governo brasileiro com relação aos militantes jocistas – violação, correspondente a prisões brutais sem julgamento, torturas e o assassinato do Padre Antônio Henrique; as ameaças contra Monsenhor D. Helder Camara, me causam estupor. É uma grande tristeza, tanto maior quanto a sorte da grande e magnífica República do Brasil [que] me é cara de longa data. Permita-me pedir-lhe, cristãmente, que intervenha junto ao chefe do Governo, a fim de que tais acontecimentos não se reproduzam sob pretexto algum [...].¹¹

Nos dias 8 e 11 de julho, em Barcelona, Espanha, dois jornais catalães “Correo Catalan” e “La Vanguardia Española”, repercutiram as manifestações em Bruxelas com manchetes contundentes: “La J.O.C. Internacional denuncia a perseguição de seus associados no Brasil” e “Perseguição da Igreja no Brasil”.¹²

No mesmo dia 8 de julho, a JOC alemã enviou uma correspondência à Embaixada do Brasil em Bonn solicitando uma audiência de representantes da entidade com o Embaixador Fernando Ramos de Alencar para o dia 16. O objetivo era expor os propósitos de uma manifestação de rua programada para o dia 20 em frente à Embaixada. (cf. ALVES, 1979, p. 205)

No dia 16 de julho, o grupo foi recebido pelo Embaixador. Este, logo de início, fez ver a eles “que não aceitaria e nem encaminharia ao Brasil, protestos ofensivos à dignidade de dirigentes e à Pátria brasileira, e muito menos, os receberia em massa” (grifos do original). O “protesto”, segundo os membros da JOC alemã, visava preservar o direito da JOC brasileira existir, evitando assim a sua simples dissolução.

¹⁰ Cf. nota 3.

¹¹ “Manifestações da JOC”. 04 de julho de 1969. Id. Ibid., p. 251.

¹² “Assunto de interesse da Divisão de Segurança e Informação. Circular nº 7.725. Artigos publicados em jornais de Barcelona”. 11 de julho de 1969. Id. Ibid., p. 63.

O Embaixador procurou demonstrar “o ‘estado de não violência’” que predominava no Brasil, dizendo e acentuando das “tradições pacifistas do Governo Brasileiro e do clima de não violência, sem prejuízo, contudo, das ‘medidas de segurança que se impõem ao Estado tomar para salvaguardar sua própria Soberania’”.

Acrescentou ainda que, após examinado os termos do “protesto” que desejavam fazer, “poderia encaminhá-lo ao Brasil, para conhecimento de seu Governo e de resposta, caso o Governo Brasileiro assim o achasse conveniente”. Ressaltou mais que “a manifestação coletiva só poderia trazer o completo desinteresse do Governo Brasileiro para uma possível apreciação da ‘Mensagem’, como sóe (sic) acontecer nas manifestações idênticas em BRUXELAS”.

Os membros da JOC fizeram uma pequena reunião para decidir se aceitavam as condições impostas pelo Embaixador brasileiro. Aceitaram e comunicaram que, no dia 20 de julho, num domingo, viriam novamente à Embaixada brasileira para a entrega da mensagem de “Protesto” com uma petição contendo as assinaturas que pudessem recolher. Desistiram, portanto, de fazer uma manifestação em frente à Embaixada, como planejavam inicialmente.¹³

Entre os dias 16 e 20 de julho, a JOC alemã distribuiu o folheto em todo país em uma campanha generalizada de protesto contra as políticas repressivas do governo brasileiro. Basicamente, a campanha seguiu três diretrizes principais:

- a) Mobilização da opinião pública alemã, sobretudo nos meios estudantis e sindicais, contra as medidas tomadas pelo governo brasileiro por meio da divulgação de panfletos, com duras críticas, e manifestações de rua;
- b) Petições ao governo e aos parlamentares alemães no sentido de influenciar, junto ao governo brasileiro, a revogação das medidas adotadas contra a JOC no Brasil;
- c) Penetração junto ao episcopado alemão com o objetivo de conseguir o apoio do clero às ações da JOC.

De fato, no domingo, os membros da JOC alemã compareceram à Embaixada e entregaram a petição contendo cerca de cinco mil e quinhentas assinaturas, inclusive de dois bispos das dioceses de Mainz e de Essen.

¹³ “Manifestação da JOC alemã junto à Embaixada do Brasil”. 13 de agosto de 1969. Id. Ibid., p. 16.

O plano da JOC alemã era o de agir com muita intensidade naquele momento e aguardar a reação do governo brasileiro. As ações ficaram suspensas até 15 de setembro, quando tiveram que ser retomadas, já que o Brasil não atendeu aos pedidos feitos.¹⁴

Na cidade de Nova Iorque, no dia 14 de agosto, um grupo de 20 pessoas, entre rapazes e moças, circularam na calçada do edifício da sede da Missão do Brasil junto às Nações Unidas, portando cartazes e distribuindo panfletos. Os manifestantes carregavam cartazes, escritos em inglês e em português, com as seguintes frases: “Abaixo a ditadura fascista no Brasil”, “Os militares encarceraram os operários e os padres a quem chama de subversivos”, “O governo fascista, sustentado pelas Forças armadas, persegue os estudantes, os operários e o clero brasileiro” e “Conclamamos a juventude trabalhadora do mundo a que se una aos operários brasileiros na sua luta de libertação”.¹⁵

Diante da Embaixada brasileira em Berna, Suíça, cerca de dez representantes da JOC suíça realizaram, no dia 11 de setembro de 1969, uma manifestação pacífica durante uma hora. Também portavam cartazes sobre as perseguições dos membros da JOC brasileira e entregaram uma petição aos funcionários brasileiros da Embaixada.¹⁶

Tendo um olhar mais amplo sobre estes meses de junho, julho, agosto e setembro de 1969, em várias capitais da Europa Ocidental e em outras cidades como Camberra e Melbourne, em Nova Iorque e Chicago, em Caracas, Guatemala e Montreal, manifestações em protestos contra as ações de repressão do governo brasileiro em relação a JOC do Brasil e contra o tratamento infligido pelas autoridades do país aos operários filiados à JOC.

As manifestações constaram sempre da entrega ao Embaixador ou a um representante da Missão diplomática brasileira, de petições com assinaturas (em Bonn, 5.500, em Viena, 26.000), de cartas, da distribuição de panfletos e comunicados à imprensa e da concentração de populares (Chicago, Nova Iorque, Bonn e Bruxelas) como forma de protesto ao regime militar no Brasil.

Considerações finais

Toda esta movimentação da JOC Internacional, usando os mesmos métodos de ação não-violenta junto às Embaixadas e Consulados brasileiros, causou muito desconforto ao governo militar.

Para alguns funcionários da diplomacia brasileira, a campanha feita junto aos sindicatos e ao clero local tinha um potencial de “criar um clima bastante desagradável à

¹⁴ “Manifestação da JOC alemã contra as medidas tomadas pelo Governo brasileiro”. 22 de julho de 1969. Id. Ibid., p. 217.

¹⁵ “Propaganda subversiva”. 08 de agosto de 1969. Id. Ibid., p. 11.

¹⁶ “Manifestações da JOC”. 12 de setembro de 1969. Id. Ibid., p. 244.

imagem do Brasil” no exterior. Por isso, era de fundamental importância que o governo militar brasileiro emitisse uma nota de esclarecimento sobre os fatos ocorridos com os membros da JOC no Brasil, para esclarecer a opinião pública estrangeira e, assim, “impedir a propagação de um noticiário distorcido sobre os fatos registrados no Brasil”.¹⁷

Para o brasilianista Keneth Serbin, a importância histórica da repressão sobre o *movimento jocista* foi “como um ponto de virada na ótica dos bispos – e dos generais – da relação entre a Igreja e o Estado e do diálogo tradicional entre as duas instituições” (SERBIN, 2001, p. 190).

De fato, diferentemente dos grupos da “esquerda católica” (*Juventude Estudantil Católica* – JEC, *Juventude Universitária Católica* – JUC e a *Ação Popular* – AP) que radicalizaram e, por isso, foram rechaçados pela CNBB em 1965, as organizações operárias da Ação Católica (JOC e ACO) nunca tiveram conflitos com a hierarquia eclesiástica e acabaram, segundo Márcio Moreira Alves, por tomar o lugar daquelas e dos militantes do sindicalismo rural “como porta-vozes dos leigos que queriam transformar revolucionariamente o papel político da Igreja”. (ALVES, 1979, pp. 132 e 152)

Na conjuntura política brasileira pós-golpe de 1964, as organizações católicas operárias eram demasiadas fracas, pouco influenciavam, para que suas ações preocupassem imediatamente os agentes das “comunidades de informação e de segurança”. Em consequência, a JOC e a ACO conservaram, durante muito tempo, a sua liberdade de ação e puderam, de certa forma, alimentar sua “utopia” operária. (ALVES, 1979, p. 153)

Segundo Valmir Muraro, o movimento jocista se apresentou, desde os anos 1940, “como uma força capaz de transformar o mundo operário, como um elemento impulsionador de inovações, de descobertas e até mesmo de revoluções”. A história da “utopia jocista” se desenrolou por momentos distintos na sua trajetória, passando do “sonho” da salvação evangélica (1948-1958) para a ideia do “paraíso social” (1959-1964) e deste para a ideia de “revolução social” (1965-1970). (MURARO, 1985, pp. 14-15)

No entanto, a “utopia jocista” acabou por se defrontar com uma outra “utopia” diametralmente oposta: a “utopia autoritária” dos militares.

Como bem defende Carlos Fico, gestou-se entre os militares, a partir de 1964,

[...] um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária”, segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a “subversão”, a corrupção

¹⁷ “Manifestação da JOC alemã contra as medidas tomadas pelo Governo brasileiro”. 22 de julho de 1969. Id. Ibid., p. 219.

etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de “país do futuro”. [...]

[...] A mencionada utopia assentava-se na crença em uma superioridade militar sobre os civis, vistos, regra geral, como despreparados, manipuláveis, impatrióticos e — sobretudo os políticos civis — venais. Penso que ela se realizava em duas dimensões: a primeira, mais óbvia, de viés saneador, visava “curar o organismo social” extirpando-lhe fisicamente o “câncer do comunismo”. A segunda, de base pedagógica, buscava suprir supostas deficiências da sociedade brasileira [...] [buscando] “educar o povo brasileiro” ou defendê-lo dos ataques à “moral e aos bons costumes”. (FICO, 2004, pp. 36 e 39)

Sem dúvida nenhuma que a “utopia autoritária” esperava que a Igreja Católica pudesse contribuir na dimensão pedagógica deste projeto, já que ela sempre fez a apologia da “ordem e da harmonia social”. Contudo, de certa maneira, a “utopia jocista” foi lentamente penetrando, desde a base, até a alta hierarquia da Igreja e a colocando em uma situação de “oposição” ao regime. E esta transformação também foi fruto da pressão internacional exercida pelas demais organizações jocistas espalhadas pelo mundo.

A JOC Internacional, atingida diretamente por conta da perseguição aos jovens trabalhadores e padres assistentes do movimento no Brasil, se sentiu motivada a resistir contra a opressão e a violência de Estado defendendo a afirmação da justiça e o direito à vida. De fato, a JOC Internacional ajudou muito na formação de uma “cultura militante sem fronteiras” que se constituiu naqueles anos, atravessando países e continentes, se formando e se solidificando nos anos seguintes.

Mas também, e principalmente, a rede de *solidariedade* se constituiu como uma mola propulsora para outras iniciativas ao longo dos anos que se seguiram durante a vigência do regime militar.

Quanto aos efeitos práticos destas iniciativas da JOC Internacional, em 1969, foram praticamente nulas. Nada aconteceu e o regime autoritário continuou a perseguir os membros da organização.

Em 1970, as relações entre Igreja e Estado ficaram ainda mais tensas após a invasão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), dirigido pelos jesuítas, que funcionava nas dependências da CNBB, no Rio de Janeiro. A invasão de militares que prenderam lideranças jocistas e o próprio Secretário Geral da CNBB, Dom Aloísio Lorscheider, incentivaram à JOC Internacional a uma nova campanha de solidariedade

aos presos e contra o Brasil seguindo os mesmos preceitos helderianos de não-violência de *Ação Justiça e Paz*.

Mas isso já é uma outra história para se contar em outra oportunidade.

Referências Bibliográficas

Fonte documental

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO ARQUIVO NACIONAL (SIAN). Dossiê
“Juventude Operária Católica (JOC) – DSI Vol. I”, nº BR DFANBSB Z4. DPN.
ENI. 134, 349 pp.

Livros e Artigos

- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CÂMARA, Dom Helder. *Utopias peregrinas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.
- CAMILO, Vandelir. O Relatório Secreto da Juventude Operária Católica. A rede entre bispos e leigos na Ditadura Militar brasileira Brasil-Bruxelas, 1970. In: Revista Latino-Americana de História, São Leopoldo: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), vol. 8, nº. 21, pp. 242-258, jan/jul de 2019.
- CLAUDINO, Assis. *O monstro sagrado e o amarelinho comunista*: Gilberto Freyre, Dom Helder e a revolução de 64. Recife: Opção, 1985.
- CHALIAND, Gérard. *Mythes Révolutionnaires Du Tiers Monde*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.
- KATHEN, Nelmo Roque Tem. *Uma vida para os pobres*: espiritualidade de D. Helder Camara. São Paulo: Loyola, 1991.
- LE VEN, Michel Marie; AUGUSTO, Rosely Carlos (org.). *Memórias vivas de 1968*: a prisão dos padres franceses e do diácono brasileiro em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2017.
- MAINWARING. Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, Col. Tudo é História, nº 97, 1985.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. A Resistência à ditadura civil-militar brasileira e as Redes Transnacionais de Solidariedade (1964-1985). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis: 2015, mimeo.

RAMPON, Ivanir Antônio. *Paulo VI e Dom Helder Camara*: exemplo de uma amizade espiritual. São Paulo: Paulinas, 2014.

ROCHA, Zildo. “*Irmão dos pobres e meu irmão*”²: presença de Dom Helder em minha vida. Recife: Ed. do autor, 2019.

TARROW, Sidney. *El poder en movimiento*. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política, 2ª Edición, Madrid, Alianza, 2004.